

JORNAL DO



ANO XX - EDIÇÃO 224 - Maio de 2019

SINTUFEJUF



SINTUFEJUF
JF|GV

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO 9912296029
ECT/DR/MG
SINTUFEJUF



Tentativa de desmonte da Previdência é rechaçada por mobilizações



Páginas 3 a 9

Boulos concede entrevista exclusiva para o SINTUFEJUF sobre a Previdência

Página 5

Milhões de pessoas ocupam as ruas por educação e Previdência Públicas

Página 10

Fasubra se reúne com STF para discutir campanha salarial

Página 12

SINTUFEJUF volta a realizar reuniões setoriais na UFJF e pretende ampliar ação

Página 13

O Confisco do Futuro!

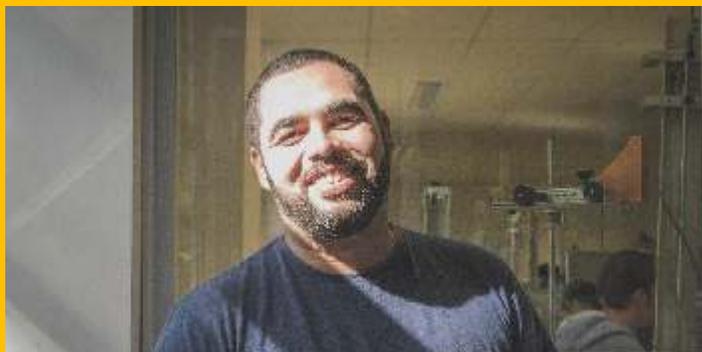
As últimas ações e declarações do governo Bolsonaro escancaram o que já sabíamos e alertamos durante o período eleitoral em 2018. O futuro foi declarado inimigo e está sob ameaça. Tentam confiscá-lo por meio de desqualificações constantes e o enfraquecimento das políticas públicas por meio da redução de seu financiamento. As universidades e institutos federais, atores imprescindíveis na construção de um projeto estratégico de país, bem como a previdência pública, são os alvos principais. Outras áreas como meio ambiente, diplomacia, direitos humanos e segurança do trabalho estão em ritmo acelerado de desregulamentação e, por consequência, desmonte.

Os sindicatos, vanguarda da resistência ao lado do movimento dos estudantes, estão em difícil situação com a edição da medida provisória 873 de março de 2019. Com ela, a arrecadação das contribuições voluntárias das trabalhadoras e

trabalhadores fica prejudicada. O Sintufefuj e as demais filiadas à FASUBRA estão empenhadas em reverter essa situação com ações judiciais e articulações políticas com parlamentares. Também vem tomando medidas administrativas de revisão de todos os seus contratos para redução de despesas. Além do recadastramento dos sindicalizados para a possível necessidade de desconto por meio da rede bancária (boleto ou débito automático).

Diante deste cenário de conjuntura adversa, o SINTUFEJUF vem se articulando no Fórum das Entidades (com APES e DCE) e com a Frente em Defesa da Previdência Pública de Juiz de Fora. Em ambos os espaços sintonizado com a agenda nacional. Ações de mobilização estão sendo desenvolvidas juntamente com atividades de esclarecimento quanto a proposta de reforma da previdência e as consequências do corte de recursos para a educação pública. É momento de fortalecer o sindicato e participar da luta pelo direito ao futuro e a esperança.

Palavra do TAE



Igor de Novaes Fonseca
Instituto de Ciências Exatas

O que você acha da MP 873/19, que quer impedir o desconto da contribuição sindical em folha?

Com a medida provisória ou não a pessoa tem que entender o valor do Sindicato, porque a gente junto é mais forte. O patrão não vai chegar e falar "*ah coitadinho, acho que ele está ganhando tão pouco. Vamos dar um pouquinho mais pra ele*". Não vai. (...) É muito simples. É mais fácil arrebentar um fio do que uma corda. É só usar essa analogia. Eu ensino isso aqui para os meninos no laboratório (...) Todo mundo unido tem muito mais força do que sozinho. Uma coisa é você brigar sozinho. Outra coisa são 3 mil pessoas falando a mesma coisa. O cara vai tremer.

EXPEDIENTE

Sintufefuj - Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora.

Rua Santo Antônio, nº 309 - Centro

Tel.: (32) 3215-7979

Atendimento da **Sede Administrativa**: Segunda a sexta de 08h às 18h. **Secretaria Avançada**: Segunda a sexta 9h às 13h e 14h às 18h

www.sintufefuj.org.br - comunicacao@sintufefuj.org.br

Facebook: <https://www.fb.com/sintufefuj>

Filiado à Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - Fasubra

Coordenação Geral:
Flávio Sereno
Maria Angela Costa

Coordenação de Comunicação:

Felipe Santos
Márcio Sá Fortes

Jornalista responsável:
Camila Pravato
13.164 - DRT/MG
Fotos: Sintufefuj

Conselho Editorial:
Flávio Sereno
Maria Angela Costa
Felipe Santos

Marcio Sá Fortes
Sandro Teófilo

Monique Campos
Bethania Guimarães

Diagramação: Sintufefuj

Equipe de Comunicação:

Mylena Melo e Mauro Assis

Os artigos assinados são de total responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Diretoria do Sintufefuj.

Reforma da Previdência: O que está em jogo?

Sintufejuf, APES e DCE realizam Seminário na UFJF

Com o objetivo de discutir os impactos da PEC 6/19, no dia 27 de maio, o SINTUFEJUF, APES e DCE realizaram o seminário **“Reforma da Previdência: o que está em jogo?”**. A construção da atividade foi uma deliberação de TAEs em assembleia.

A mesa de abertura foi composta pelo coordenador geral do SINTUFEJUF Flávio Sereno, a presidente da APES Marina Barbosa e o coordenador geral do DCE Ramon Almeida. Flávio Sereno destacou o risco de extinção da previdência a partir da proposta de capitalização, e reforçou que assim como em 2017, com mobilização é possível barrar o desmonte. Marina Barbosa reforçou que a Previdência está ameaçada por um projeto de mudança estrutural, colocada nas mãos do mercado financeiro, perdendo seu caráter de proteção e seguridade social. Ramon Almeida lembrou os políticos mineiros favoráveis a Reforma, como o governador Zema e o deputado federal Charles Evangelista.

O evento foi dividido em dois momentos. No primeiro, o assessor jurídico da APES Leonardo de Castro Pereira, apresentou as principais mudanças que serão provocadas, caso a proposta de Reforma da Previdência de Bolsonaro seja aprovada. Para isto, o assessor fez comparações da proposta chamada de “Nova Previdência” com o modelo vigente, dando ênfase separadamente às mudanças que afetam o servidor público e os trabalhadores do regime geral, passando também pelas regras de transição.

De acordo com Leonardo, o Governo tenta convencer que a Reforma faria alguma justiça social, cortando privilégios e trazendo vantagens para a sociedade, o que segundo ele, é uma ilusão, e somente os componentes do sistema financeiro seriam beneficiados. Ele afirma que o sistema de previdência vigente não é típico somente no Brasil. Existe um ranking mundial que avalia o sistema previdenciário e os dois países que estão no topo, adotam o mesmo sistema brasileiro, financiado pelo empregador, empresário e poder público, são eles Holanda e Dinamarca. “É o melhor sistema apresentado no mundo, e qualquer alteração já sinaliza um decréscimo”, afirma.



Assessor jurídico da APES apresenta impactos da proposta de Reforma

Desta forma, entre os prejuízos da reforma, Leonardo destaca o fim do regime de repartição, a desconstitucionalização das regras previdenciárias, o tempo de contribuição que passa a ser de 40 anos para receber 100% da média salarial, e a proposta de contribuição extraordinária (que afeta até

mesmo o trabalhador já aposentado, uma vez que em caso de déficit na previdência, o percentual de contribuição poderá aumentar por até 20 anos).

A apresentada do seminário está disponível no site do Sintufejuf (www.sintufejuf.org.br)

Debate com parlamentar



Deputada federal, Margarida Salomão fala sobre cenário no Congresso Nacional

A segunda parte do seminário foi reservada para o debate com os parlamentares. As entidades entraram em contato com todos deputados mineiros, que justificaram ausência. Deste modo, somente a deputada federal Margarida Salomão, e ex-reitora da UFJF compareceu ao evento.

Na ocasião, a deputada falou sobre o cenário no Congresso Nacional e a pressão do sistema financeiro. O argumento do governo para a Reforma seria uma economia de R\$1 trilhão. No entanto, no ano passado foi votada a desoneração tributária das petroleiras que exploram o pre-sal no Brasil, cujo valor é justamente R\$1 trilhão. Já em relação à redução de privilégios, a deputada afirma que bastaria cumprir a lei do teto.

Ela lembrou também que a proposta de Reforma da Previdência de Michel Temer não passou no congresso porque a legislatura escutou as vozes das ruas. Por isso, ela afirma a importância de manter as mobilizações e dizer aos parlamentares que caso a Reforma seja aprovada, eles não serão reeleitos.

Luta contra a Reforma da Previdência e os ataques do Governo são temas de palestra de Guilherme Boulos na FAEFID



Atividade lotou arquibancada em campo na FAEFID

No dia 26 de abril, Guilherme Boulos, líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST), e ex-candidato a presidência pelo PSOL, participou de uma atividade na Faculdade de Educação Física e Desportos da UFJF (FAEFID). O evento foi organizado pelos coletivos “Juventude Sem Medo” e “Afronte”, os centros acadêmicos de Turismo e de Ciências Sociais e contou com o apoio do SINTUFEJUF. Na mesma data, o Governo Bolsonaro havia proferido declarações de repulsa aos cursos de ciências humanas, área científica que estimula o pensamento crítico dentro das escolas e universidades, e o assunto foi pautado em reunião do Conselho Superior, Consu. De acordo com o presidente, o Ministério da Educação ameaça “descentralizar” investimentos em cursos de filosofia e sociologia e priorizar áreas como veterinária, engenharia e medicina.

A visita de Guilherme Boulos faz parte da agenda nacional do ex-candidato para discutir a luta contra a reforma da previdência e os ataques do governo Bolsonaro. Para o coordenador geral do Sintufejuf, Flávio Sereno, o evento possibilitou o encontro da resistência ao que o



Visita de Boulos contou com apoio do Sintufejuf

governo representa. “A universidade é o espaço de reflexão crítica. O governo não quer escola, não quer cursos que fazem reflexão política, não quer sindicatos. A gente se encontra justamente para dizer que estamos juntos para resistir ao que ele representa” afirma.

A coordenadora geral do Sintufejuf, Maria Angela Costa havia participado da reunião do Consu. Ela relatou que o Conselho Superior aprovou uma nota em manifestação contrária a estes ataques. A coordenadora defendeu que somente através da luta e do debate será possível enfrentar o governo, que insiste em desrespeitar todas as políticas públicas, tudo o que a classe trabalhadora construiu até a atualidade. “Nós não vamos aceitar os ataques do governo, não vamos retroceder. Vamos à luta. Só com esse movimento que a gente vai conseguir barrar a reforma da previdência. Temos que tornar visível a nossa participação.”, destaca.



Reitoria recebe líder do MTST antes da palestra

Antes da palestra, o líder do MTST foi recebido na reitoria da UFJF por membros da comunidade acadêmica. Na ocasião, Boulos avaliou os primeiros cem dias do governo Bolsonaro e os ataques às ciências humanas nas universidades brasileiras. “Eles foram muito sinceros quando disseram que defendem uma universidade para a elite intelectual, que não é a universidade pública, democrática que nós defendemos. Hoje a declaração contra as ciências humanas é um reforço desse ideal, que passa por uma universidade mais fechada, mais elitizada e ao mesmo tempo menos crítica e mais técnica” afirma Boulos.

Proposta de Reforma da Previdência é perversa, diz Boulos



Sintufejuf *O que diferencia esta Reforma da Previdência das anteriores?*

Guilherme Boulos Esta é muito mais perversa porque não é uma reforma da previdência, mas uma tentativa de destruir a previdência pública com a imposição do regime de capitalização. Pela primeira vez se coloca a capitalização como regime substitutivo ao regime público de previdência social. De fato é isso que está em jogo. Ele fala que será uma opção para o trabalhador, mas não há uma opção, se eles aprovam a capitalização. Na medida em que não envolve contribuição patronal, as empresas irão colocar como condição para a contratação a escolha pelo regime de capitalização, porque elas ficam isentas de contribuição para o INSS. Isso é destruir a previdência pública, o regime de repartição, um modelo solidário e condenar milhões de trabalhadores brasileiros a trabalhar até morrer. Por isso esta reforma é especialmente perversa.

Sintufejuf *Se este é um modelo que já deu errado em outros países, porque o governo insiste em implementar no Brasil?*

Guilherme Boulos Porque o objetivo não é salvar a previdência, mas dar lucro para os bancos. No Chile ela deu errado no ponto de vista social, como o fato de que 80% dos aposentados chilenos recebem menos de um salário mínimo. E gerou um custo de transição bilionário. Eles dizem que é para fazer ajuste fiscal, é mentira. A Reforma gera um rombo insolúvel no INSS e tem um custo de transição tremendo, que são as pessoas que deixam de contribuir, seja pela falta de expectativa de que conseguirão se aposentar pelo INSS ou porque migrarão para a capitalização. Então o objetivo é gerar lucro para o sistema financeiro através de taxas de administração dos fundos de pensão. Assim se deu no Chile e em todos os países

que adotaram a capitalização, é isso que o Paulo Guedes quer no Brasil.

Sintufejuf *Mas a Previdência precisa ser salva?*

Guilherme Boulos Não. O Regime geral de previdência no Brasil, onde eles colocam 80% das ditas economias é um regime distributivo, em que em média o pagamento é de R\$1.500 para milhões de famílias no país. No regime público, uma coisa é você enfrentar privilégios das cúpulas dos poderes, outra coisa é você demonizar funcionário público, que é inaceitável, você demonizar professor, enfermeiros, trabalhadores das universidades. Isso mascara uma tentativa de destruir o serviço público no Brasil. A Previdência pode precisar de iniciativas para que a gente possa por exemplo aumentar a sua arrecadação cobrando dívidas das grandes empresas, acabando com isenções, desonerações fiscais, acabando com REFIS, isso é necessário, enfrentando privilégios, como o do agronegócio para exportação, que tem isenção de contribuição previdenciária. Agora não precisa de nenhum ajuste estrutural na Previdência pública no Brasil

Sintufejuf *De que forma então a Previdência Pública pode ser preservada?*

Guilherme Boulos Além de barrar esse retrocesso da Reforma, é você poder enfrentar privilégios do grande poder econômico, que hoje retiram a capacidade de arrecadação da previdência. Agora no médio prazo, o que permite a sustentabilidade tanto no regime previdenciário, mas também do investimento público, do estado brasileiro é você criar condições para desenvolvimento econômico sustentável. Essa política recessiva que só corta, essa política de ajuste fiscal, essa política neoliberal ela vai na contramão, porque ao cortar os investimentos públicos ela gera efeito recessivo na economia e diminui a arrecadação tributária. O Brasil não deveria estar discutindo hoje reforma da previdência, mas uma reforma tributária, para enfrentar o andar de cima, taxar grandes fortunas, lucros dos bancos, grandes heranças, ou seja, mudar o sistema tributário brasileiro para um sistema que não seja concentrador, um *Hobbin Wood* ao contrário que é hoje, e seja um sistema que possa ao invés de fazer arrecadação sob consumo e produção, faça arrecadação sobre renda e patrimônio.

TAEs e docentes da UFJF e do IF Sudeste MG realizam varal de lutas com pautas da classe trabalhadora

No dia 24 de abril, trabalhadoras/es técnico-administrativos e docentes da UFJF aderiram ao chamado da Fasubra e do Fórum de Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais – Fonasefe para o Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação. Em todo o país, foram realizados atos contra a destruição da Previdência Social e contra todos os retrocessos e ataques à educação. Na ocasião, o SINTUFEJUF, APES e DCE organizaram um varal de luta com frases que representam as principais pautas da classe trabalhadora, em defesa do ensino público e gratuito e da previdência pública. A atividade aconteceu no Restaurante Universitário (RU) do campus da UFJF. No dia seguinte o varal foi montado no IF Sudeste MG. Durante a atividade, trabalhadoras/res fizeram falas sobre os ataques que a educação pública vem sofrendo e distribuíram panfletos alertando quanto aos perigos da proposta de reforma da previdência de Bolsonaro.



TAEs e docentes panfletaram na entrada do RU Campus e do IF Sudeste

De acordo com a coordenadora de educação e formação sindical do SINTUFEJUF, Natália Paganini, as principais pautas do ato foram a defesa da universidade pública, a garantia dos recursos e financiamento das instituições, a manutenção das políticas de assis-



Varal ficará permanente nas duas instituições

tência estudantil, salário e plano de carreira dignos para docentes e TAEs, além da luta contra a reforma da previdência e pela revogação da reforma trabalhista e da “PEC da morte” (emenda constitucional nº 95, do congelamento de investimentos). O ato nas instituições marcou o lançamento do varal de luta, que ficará permanentemente no local, para que a comunidade acadêmica possa ler e se informar sobre as pautas. Natália também afirmou que o Sindicato está à disposição para quem quiser somar à luta em defesa da educação pública e pelo direito de aposentar.

O técnico-administrativo Vinícius Pilate, representante da categoria TAE do IF Sudeste junto ao SINTUFEJUF destacou que esse ato é importante, especialmente em um contexto de crise no Ministério da Educação. “Especificamente no IF Sudeste MG, é preciso maior diálogo e união entre gestores, docentes, TAEs e discentes, já que somente desta forma poderá resultar na necessária resistência aos ataques do governo e na progressiva estabilidade e melhoria da instituição”, afirma.

A atividade fez parte da preparação para a greve nacional do setor da educação, 15 de maio.

Sintufejuf disponibiliza abaixo-assinado contra destruição da Previdência Pública

Com o objetivo de defender a previdência pública, o SINTUFEJUF está coletando assinaturas da categoria solicitando a todas e todos parlamentares federais o voto CONTRA a PEC 06/2019 que modifica o sistema de previdência social. A medida também faz parte do calendário de ações contra a reforma da Previdência e busca mobilizar as/os trabalhado-

ras/es, rumo à greve geral, além de esclarecer a população o quanto a proposta é injusta.

Na intenção de barrar proposta, o documento será entregue pelas centrais sindicais, ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

O abaixo-assinado está disponível na Sede Administrativa e na Secretaria Avançada do SINTUFEJUF (Campus).

Dia do trabalhador é marcado com luta em defesa da Previdência Pública

Com o objetivo de manifestar contra a reforma da previdência e em defesa da educação pública, na manhã de 01 de maio, dia do/a trabalhador/a, o SINTUFEJUF e a APES organizaram uma atividade no Campus da UFJF. O ato teve início às 9h, no anel viário, em frente a reitoria. Na ocasião, foram distribuídos balões, além da realização de uma panfletagem e coleta de assinaturas contra a Reforma da Previdência. A atividade foi construída pelos dois sindicatos e a participação foi aprovada em assembleia geral da categoria realizada no dia 24 de abril.

De acordo com a coordenadora geral do SINTUFEJUF, Maria Angela Costa, a mobilização é fundamental, uma vez que esta é uma data para celebrar as lutas que garantiram conquistas para a classe trabalhadora desde a greve Geral de Chicago, em 1886, e também para reafirmar a força e resistência contra qualquer retirada de direitos. “Este é o momento das/os trabalhadoras/es irem para as ruas mostrar que tudo que nós conseguimos até hoje foi com muita luta. A gente está sofrendo vários ataques, com reforma trabalhista, as retiradas de direitos, o fim do ministério do trabalho, estamos sendo ameaçados de perder 13º, FGTS, sendo muitas vezes submetidos ao trabalho intermitente. Estamos caminhando para o trabalho escravo. Por isso, é de suma importância a gente estar na rua nesse primeiro de maio, como todos os outros, levantando as nossas bandeiras, em defesa da previdência pública, pela redução da jornada de trabalho de 8h para 6h diárias”, afirma Maria Angela.

Segundo ela, a atividade permitiu dialogar com toda a comunidade que utiliza as dependências da UFJF, mesmo que seja para o lazer ou prática de esporte. “A ideia de distribuição dos balões, chamou muita atenção devido ao visual bonito. Os pais que estavam passeando com os filhos, as crianças se interessavam pelos balões paravam, e com isso a gente aproveitava para explicar sobre a Reforma da Previdência, as ameaças que todos nós estamos sofrendo. É imprescindível a gente ocupar as ruas, participar das manifestações. Aproveitamos e falamos sobre os ataques que estão sofrendo as universidades, com ameaças de cortes no orçamento, acusando as universidades de praticarem balbúrdia,

quando na verdade, estas mesmas universidades estão no *ranking* das melhores avaliadas no país” destaca a coordenadora. Para ela, as manifestações foram um termômetro da capacidade de resistência da classe trabalhadora e mostraram para o governo que enquanto houver ataques, haverá luta.



Balões atraíram olhares de quem passava no campus



População assinou abaixo-assinado contra a Reforma da Previdência



Atividade foi construída pelo SINTUFEJUF e APES

Sintufejuf realiza café coletivo junto à Apes e DCE



Atividade fez parte da agenda de lutas contra a Reforma da Previdência

No dia 28 de março, o SINTUFEJUF, APES e DCE realizaram um café coletivo no saguão da Reitoria da UFJF. O objetivo foi dialogar com a comunidade acadêmica sobre a importância da educação e da previdência públicas, que estão sendo atacadas pelo governo Bolsonaro. O evento teve início às 7h e marcou o Dia Nacional em Defesa da Educação Pública. Para o coordenador de organização e política sindical do SINTUFEJUF, Igor Coelho, a atividade é essencial no atual momento político do país. “Quanto mais a gente dialoga, a gente percebe que realmente a população não quer esse desmonte”, afirma.

Para a secretária geral do Andes – Sindicato Nacional, Eblin Farage, que participou do ato, a única possibilidade de ter vitórias é através de ações conjuntas dentro e fora da universidade. Ela acredita que o objetivo do governo é desestruturar os serviços públicos, e estes, assim como outros ataques estariam associados. “De fato a educação passa por um momento difícil, porque é um ataque conjugado de ações diretas à instituição, mas de um conjunto de outras ações – como a reforma da previdência, reforma trabalhista, terceirização ampla e irrestrita – que também atingem a educação”, afirmou Eblin. Ela explica que caso a proposta do governo Bolsonaro seja aprovada, as futuras gerações terão dificuldade em se aposentar. O mercado de trabalho, hoje, está cada vez mais desregulamentado, tornando praticamente impos-

sível contribuir 40 anos com a Previdência.

O coordenador geral do DCE, Ramon Almeida, pondera que as pessoas estão permanecendo cada vez mais tempo na universidade, fazendo uma segunda graduação, cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado, etc. “Então se hoje a gente tem um jovem que vai concluir o doutorado e começar a contribuir com a previdência só a partir dos 30 anos ou próximo disso, esse estudante vai demorar muito a se aposentar e vai ficar muito precarizado posteriormente, mesmo sendo um profissional altamente qualificado”, afirmou

Ramon. Ele apontou outros projetos que visam acabar com a educação pública e permitir a entrada do capital privado nessas instituições, como o corte de verbas da Fapemig, aplicado pelo governo Zema, a tentativa de criminalização da UNE e o projeto escola sem partido.

A tentativa de boicotar o pensamento crítico em escolas e universidades está presente no projeto escola sem partido, mas também em outras propostas e manifestações do governo. O coordenador do SINTUFEJUF Igor Coelho, afirma que isso tem servido como cortina de fumaça para mascarar os problemas já existentes no subfinanciamento da educação. Ao dar destaque à questão da ideologia, pouco se fala sobre financiamento de pesquisa, laboratórios, etc. Igor chama atenção para a necessidade de concursos e um dos impactos da proposta de reforma da previdência de Bolsonaro. “Pessoas que têm experiência e têm toda a capacidade produtiva vão se aposentar, com medo de perder seus direitos. E não terá reposição dessa força de trabalho. Quem ficar vai ter que conviver com um déficit de força de trabalho muito grande. Isso obviamente vai impactar na qualidade do serviço prestado, na saúde do trabalhador e é

só mais uma estratégia para o objetivo do liberalismo: o fim da universidade pública e gratuita”, afirma Igor.

Todas as entidades que participaram da construção do café coletivo avaliaram positivamente a atividade e afirmaram que o diálogo com trabalhadores/as e estudantes é essencial para a resistência.



Trabalhadoras/es são recebidos com café e diálogo

TAEs e docentes aderem também à paralisação de 22 de março

O dia 22 de março também foi uma data de lutas contra a Reforma da Previdência. Trabalhadoras/es técnico-administrativos em educação e docentes da UFJF aderiram ao chamado nacional e paralisaram as atividades. Rumo à greve geral, manifestações em todo o Brasil foram organizadas pelos movimentos sociais, e entidades sindicais, como a FASUBRA.

Em Juiz de Fora, a categoria participou de um grande ato convocado pelas centrais sindicais. A concentração teve início às 9h na Praça da Estação, de onde os manifestantes seguiram em passeata até o Parque Halfeld.

Para a coordenadora geral do Sintufejuf, Maria Angela Costa, se a proposta de Reforma da Previdência do Bolsonaro for aprovada, será ainda mais difícil para a classe trabalhadora se aposentar, principalmente as mulheres. Isto porque, segundo a coordenadora, elas possuem condições adversas no mercado de trabalho, uma vez que, diante de uma sociedade machista e patriarcal, ainda estão sujeitas a ocuparem cargos de menos prestígio, com menores salários e piores condições de trabalho.



Para Maria Angela, mulheres serão as mais penalizadas

“As mulheres estão submetidas a dupla ou até tripla jornada. Elas trabalham nos empregos e em casa. São as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, cuidam dos filhos e de toda a família. São cuidadoras. Por isso, aumentar a idade mínima de aposentadoria para as mulheres, é cruel”, explica.

A proposta de Bolsonaro estabelece a idade mínima para se aposentar de 62 anos para mulheres e 65 para homens. Além da idade, a trabalhadora ou trabalhador deverá ter contribuído no mínimo por 20 anos, para se aposentar com 60% da média salarial, mais 2% por ano de contribuição que exceder os 20 anos. Com isso, a aposentadoria integral só será possível aos 40 anos de contribuição. Atualmente, o tempo mínimo de contribuição é de 15 anos.



Concentração teve início às 9h na Praça da Estação

Outro retrocesso é desconstitucionalização da Reforma da Previdência e a criação do regime de capitalização, que acaba com a Seguridade Social, mesmo modelo adotado pelo Chile. A capitalização rompe com a lógica coletiva de financiamento, em que trabalhadores, empresas e União têm participação nos aportes. No Chile, aposentadas e aposentados enfrentam as consequências dessa mudança, 80% recebem menos de um salário mínimo de benefício e 44% está abaixo da linha da pobreza. Consequência dessa reforma é o crescente índice de suicídio de idosos no Chile.

Maria Angela avalia que a Reforma da Previdência de Bolsonaro aprofunda ainda mais todas as crueldades da proposta do Temer. “Ela valoriza os militares, melhorando a carreira destes. Retira mais ainda dos trabalhadores para financiar uma categoria. Beneficia uma categoria em detrimento de outra” afirma.



TAEs e trabalhadores do Sintufejuf engrossaram ato

Bolsonaro ataca educação e previdência públicas e milhões de pessoas vão às ruas em greve nacional da educação

No final de abril o governo Bolsonaro anunciou um **corte de 30% dos recursos** para universidades e institutos federais, o que impacta a manutenção da estrutura dos campi, como pagamento de contas de água e luz, terceirizadas/os, bolsas, etc. Um **corte de R\$819 milhões** também foi aplicado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que já está impactando no congelamento de bolsas em diversas universidades. Além disso, o governo tem anunciado **medidas que ferem a autonomia universitária**, como o **Decreto 9794**, que impede reitores de nomear pró-reitores e diretores. Todos esses ataques, junto à ameaça de aprovação da reforma da Previdência, foram o estopim para que milhões de pessoas fossem às ruas em mais de 200 cidades do país no dia 15 de maio, construindo a **greve nacional da educação** - convocada pelas centrais sindicais e federações, como a Fasubra. A Polícia não divulgou o número de pessoas nas manifestações, mas centrais sindicais estimam milhões em todo o país. Em Juiz de Fora a organização - Frente em Defesa da Previdência Pública - estimou mais de 20 mil pessoas e em Governador Valadares cerca de mil.

De acordo com a planilha apresentada pela Reitoria da UFJF no Conselho Superior, o corte na

Foto: Intecoop UFJF



Estudantes da UFJF e do IF Sudeste MG saíram das instituições de ensino em ato até o Parque Halfeld.

Instituição atinge aproximadamente **R\$28 milhões** de R\$75 milhões (37%) das **verbas de custeio** e **R\$30 milhões** em R\$83 milhões (36%) das **verbas de capital**.

Obras, construções, instalações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

Despesas com contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias, passagens, bolsas e assistência aos estudantes.



Foto: Intecoop UFJF

Todas/os representados pelo Sintufejuj aprovaram paralisação no dia 15 e participação nas manifestações. Em Juiz de Fora o ato começou no Parque Halfeld, onde aconteceu uma aula pública, e seguiu em marcha até a Praça da Estação.



Foto: Intecoop UFJF



Foto: Intecoop UFJF



Em Governador Valadares o ato começou na Praça do Emigrante e terminou na Praça dos Pioneiros, com um aulão.

O coordenador geral do Sintufejuj, Flávio Sereno, afirmou que as manifestações foram além da expectativa da organização. "A mobilização foi gigantesca e serviu pra dar uma resposta ao governo, de que a sociedade brasileira não aceita que o seu futuro seja confiscado", afirmou Flávio. Ele também participou da aula pública que precedeu o ato em Juiz de Fora, no qual falou especialmente sobre as consequências, segundo ele nefastas, da transição do modelo atual para o regime de capitalização proposto pela reforma.



Foto: IF Sudeste MG



Atividades de mobilização, unindo TAEs, docentes e estudantes, precederam o ato do dia 15. No IF Sudeste MG houve no dia 13 um abraço aos prédios do campus JF e Reitoria e no dia 14 um ato das entidades representativas da comunidade acadêmica.

A coordenadora geral do Sintufejuf, Maria Angela Costa, afirmou que o ato no dia 15 foi "um dos mais bonitos que nós já vimos nos últimos tempos". Ela também chamou a atenção para a mobilização que antecedeu a manifestação. Foram realizadas diversas atividades em unidade com as outras categorias que compõem a comunidade acadêmica, inclusive gestores. No IF Sudeste MG a Administração Superior não só participou do abraço ao prédio da Reitoria como também fez falas em defesa do Instituto. Dias depois, porém, a categoria percebeu, através do ponto eletrônico, que a Administração aplicaria uma retaliação às/aos trabalhadoras/es que aderiram à paralisação no dia 15, limitando seu direito à greve.

Para Maria Angela essa é uma postura que não condiz com a defesa do Instituto. "Só a luta, a indignação e a unidade vão fazer com que a gente consiga



Foto: APES



Foto: APES

Na UFJF, no dia 8, a comunidade acadêmica se reuniu em um ato na Reitoria, com falas e atividades culturais.

reverter essa situação [dos cortes]. Esperamos que a Administração mude a sua postura com os trabalhadores da educação que fazem a prestação do serviço público que a população tanto precisa", afirma a coordenadora. Ela também lembrou que a paralisação é, além de um direito da categoria, uma necessidade, diante da conjuntura de ataques que a educação está sofrendo.

Balbúrdia no MEC: Ministério passa por troca de ministros e não sabe se avança ou recua diante da mobilização nacional contra os cortes

Apesar do atual ministro da educação, Abraham Weintraub, ter afirmado que o recente corte de verbas está ligado a "balbúrdia" nas universidades, parece que é o Ministério da Educação (MEC) que está sem ordem na casa. Após a demissão do ex ministro, Ricardo Vélez, envolvido em diversas polêmicas durante cerca de três meses a frente do MEC, Abraham Weintraub assumiu o Ministério já anunciando os cortes. Após a mobilização nacional no dia 15 de maio - primeira grande greve enfrentada pelo governo Bolsonaro -, o governo afirmou, no dia 22/05, que irá recompor parte da verba cortada do MEC. R\$ 1,587 bilhão, em recursos da reserva orçamentária, serão direcionados para a pasta.

No dia seguinte à divulgação dessa informação, porém, o Ministério da Educação informou que,

apesar da liberação de recursos da reserva por parte do Executivo, o corte de 30% será mantido. Isso porque, segundo o MEC, a verba retirada da reserva servirá para que não seja feito um segundo bloqueio no orçamento para a educação pública.

O ministro da economia, Paulo Guedes, nega novos cortes, mas já fez diversas declarações afirmando a intenção de privatizar serviços que hoje são públicos. E também já mostrou influência em outros ministérios do governo. No caso do MEC essa relação é especialmente curiosa e pode guardar um conflito de interesses. Isso porque Paulo Guedes atuou como investidor na educação privada e a distância, e sua irmã, Elizabeth Guedes, é presidenta da Associação Nacional de Universidades Privadas (Anup), que representa grandes monopólios da educação, como a Anhanguera, Estácio, Kroton, Uninove e Pitágoras.

Representantes da CIS/UFJF participam de encontro regional das comissões internas de supervisão do PCCTAE

Entre os dias 10 e 13 de abril aconteceu em Arraial do Cabo (RJ), o V Encontro Regional Sudeste das CIS's – Comissões Internas de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que contou com a participação de integrantes da CIS/UFJF - Igor Coelho e Elisete Gonçalves. A programação contou com espaços de debate e formulação, que deram origem a uma carta final do encontro, que será levada a etapa nacional do evento, prevista pra acontecer em setembro.

Dentre os principais pontos de debate do encontro estão a licença para capacitação e qualificação da categoria; avaliação de desempenho; políticas de remoção e redistribuição; a questão do TAE substituto; o reconhecimento de saberes e competências (RSC) e as medidas do governo Bolsonaro que podem afetar o plano de carreira. Algumas das questões levantadas



No final do encontro foi construída uma carta com os principais debates feitos no evento, que será levada para a etapa nacional

pelos participantes foram a necessidade de aproximar as comissões locais da comissão nacional, que é responsável pelo diálogo direto com o governo, para, dessa forma, garantir a melhoria do plano de carreira da categoria, e a importância em alinhar e elucidar o papel das CIS's, pois hoje a maioria delas funciona de formas muito diferentes. Tanto Igor quanto Elisete avaliaram positivamente o encontro e afirmaram que as comissões saíram do evento mais fortalecidas.

Fasubra apresenta ao STF pauta de reivindicação da campanha salarial de 2019 das/os servidoras/es

Em reunião realizada no dia 22 de maio, convocada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais (Fonasefe), a Fasubra e outras entidades representativas apresentaram ao presidente do Superior Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, as pautas da campanha salarial de 2019. Segundo o coordenador geral da Fasubra, Antônio Alves Neto (Toninho), já há uma pauta de reivindicações parada há mais de dois anos nas mãos do governo e a reunião serviu para reafirmá-la, além de pautar a MP 873/19, o reajuste salarial, plano de carreira, reposição das/os aposentadas/os e, essencialmente, a defesa da universidade pública.

O julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 565089, referente ao direito à revisão anual de remuneração da categoria (data-base), também foi pauta da reunião. Desde 2014 o julgamento está suspenso, por um pedido de vistas do próprio Dias Toffoli, e agora será retomado, em junho. A última audiência sobre o assunto foi em 19 de junho de 2018, há quase um ano.

"Frente a um governo fascista, que já mostrou



FOTO: Fenajufe

Coordenadora da Fasubra, Mariana Lopes, participou da reunião em nome da entidade.

que não tem nenhum interesse sobre a questão dos técnico-administrativos, as nossas expectativas são de luta", avaliou Toninho. A reunião fez parte da agenda da campanha salarial de 2019 do Fonasefe e teve a participação do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Central Sindical e Popular, Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) e Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef).

SINTUFEJUF volta a realizar reuniões setoriais na UFJF

As reuniões setoriais reúnem exclusivamente a categoria TAE lotada no setor, para promover um diálogo maior entre a Diretoria Executiva do SINTUFEJUF e as demais servidoras/es. Dessa forma a categoria tem mais facilidade em levar suas demandas locais ao Sindicato, além de dialogar diretamente com a Diretoria, tirar dúvidas, sindicalizar-se, etc. Segundo o coordenador geral do SINTUFEJUF, Flávio Sereno, o objetivo da Diretoria é realizar essas reuniões em todos os setores da Universidade.

No campus sede, em Juiz de Fora, elas já estão acontecendo desde março, em diversos setores - Instituto de Ciências Biológicas (ICB), de Ciências Exatas (ICE), Ciências Humanas (ICH), Artes e Design (IAD), Faculdade de Odontologia, de Educação Física e Desportos, Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO) e outros. As unidades acadêmicas foram as primeiras a receber as reuniões e agora o SINTUFEJUF está começando a agendá-las também nas unidades administrativas. No campus de Governador Valadares e no IF Sudeste MG as reuniões setoriais começarão a acontecer em breve.

Você também pode solicitar o agendamento da reunião setorial no seu local de trabalho, caso ela ainda não esteja marcada. Entre em contato com o Sintufejuf através do telefone (32) 3215-7979.

As pautas estão sendo adaptadas às demandas de cada setor. Até o momento as principais discussões foram sobre a implementação da jornada de trabalho flexibilizada, ponto eletrônico, impactos da reforma da previdência e da MP 873/19 - que pretende impedir o desconto da contribuição sindical na folha de pagamento. Servidoras/es que ainda não são sindicalizadas/os também estão aproveitando o espaço para sindicalizar-se ao SINTUFEJUF, como é o caso da servidora do ICE Tatiane Ornelas. Ela contou que a reunião setorial realizada no Instituto foi muito importante para tirar dúvidas e dar segurança à categoria, quanto ao trabalho realizado na Instituição.

O TAE do Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (CRITT), Fernando Antônio Agra Santos, também ressaltou a importância



Reforma da previdência, MP 873/19, jornada flexibilizada de trabalho e ponto eletrônico foram pautas das reuniões.

do espaço pra tirar dúvidas e agradeceu ao Sindicato pela disposição em atender às demandas da categoria. "Eu achei muito proveitosa [a reunião], porque tirou várias dúvidas que nós, servidores, tínhamos com relação ao ponto eletrônico. E foi importante também apresentar algumas questões relativas ao posicionamento do sindicato sobre a reforma da previdência", contou Fernando. A Diretoria Executiva do SINTUFEJUF também está avaliando positivamente as reuniões e quer ampliar a realização delas. "Esses diálogos tem sido fundamentais para avaliar nossa atuação e divulgar nossas iniciativas para a categoria. Debater a política nacional de forma mais próxima, relacionando-a às nossas condições de trabalho, também tem sido uma experiência gratificante", contou o coordenador geral do SINTUFEJUF, Flávio Sereno. Para ele a proximidade entre a Diretoria e a categoria é fundamental para o fortalecimento do Sindicato - "imprescindível na defesa e conquista de direitos", segundo Flávio -, especialmente na atual conjuntura de ataques às instituições públicas e à classe trabalhadora.



As principais dúvidas levantadas pela categoria referem-se ao uso do sistema de ponto eletrônico da UFJF

Sintufejuf discute MP 873 e Previdência com parlamentares



Margarida Salomão garantiu empenho na derrubada da MP 873/19 e da reforma da Previdência.



Charles Evangelista declarou ser contra a MP, mas favorável à reforma da Previdência, com ressalvas ao projeto do governo.

O Sintufejuf tem se reunido com parlamentares da região para discutir a medida provisória (MP) 873/19, que quer impedir o desconto da contribuição sindical na folha de pagamento, e a proposta de reforma da Previdência do governo Bolsonaro. Em março coordenadores do SINTUFEJUF e da Associação de Professores do Ensino Superior - Apes se reuniram com a deputada federal Margarida Salomão (PT). Em maio o Sindicato reuniu-se com o deputado federal Charles Evangelista (PSL) e, além das pautas citadas, tratou também dos cortes na educação. O parlamentar se colocou à disposição para mediar acordos entre a UFJF e o MEC, na busca de reverter os cortes anunciados pelo governo. Ele também se comprometeu em votar contra qualquer medida que prejudique servidoras/es públicas/os. Ambos os parlamentares se colocaram contra a MP 873/19, mas divergiram em relação à reforma da Previdência. Margarida se colocou contra a proposta e Charles afirmou ser a favor de uma reforma na Previdência, porém com ressalvas ao projeto apresentado pela equipe de Bolsonaro. A Diretoria Executiva do SINTUFEJUF também entrou em contato com outros deputados da região, mas nem todos tiveram disponibilidade para reunir-se com os representantes da categoria em Juiz de Fora até o momento.

Janeiro/2019		
Receitas	Mensalidades	138.670,00
	Comissões de seguros	3.297,94
	Renda Aplicação Financeira	636,14
	Taxa Administrativa	4.298,10
	Despesas Recuperadas	486,30
	Total Receitas	147.388,48
Despesas	Pessoal (Folha e Encargos)	74.585,18
	Administrativas e Operacionais	25.354,67
	Mensalidade Fasubra	4.607,82
	Atividades e Projetos Sindicais	9.444,21
	Assistencia Juridica	26.619,52
	Sede Campestre	6.566,48
	Outras Despesas	5.447,80
	Total	152.625,68
	Resultado Financeiro do Mês	5.237,20

Fevereiro/2019		
Receitas	Mensalidades	137.534,18
	Comissões de seguros	
	Renda Aplicação Financeira	632,58
	Taxa Administrativa	4.339,91
	Despesas Recuperadas	
	Total Receitas	142.506,67
Despesas	Pessoal (Folha e Encargos)	63.102,358
	Administrativas e Operacionais	31.556,71
	Mensalidade Fasubra	4.609,61
	Atividades e Projetos Sindicais*	27.794,40
	Assistencia Juridica	29.526,10
	Sede Campestre	4.248,60
	Outras Despesas	6.157,51
	Total	166.995,28
	Resultado Financeiro do Mês	24.488,61

* Cerca de R\$20.000,00 desse valor refere-se ao Passeio de Verão das/os aposentadas/os.

Em caso de dúvidas entre em contato com o setor financeiro do Sintufejuf através do número 3215-7979.



RECADASTRE-SE PRO SINDICATO CONTINUAR NA LUTA

A MP 873/19, em tramitação no Congresso Nacional, quer impedir que os sindicatos continuem recebendo a **contribuição sindical**, que é totalmente **voluntária**, através do desconto direto na folha de pagamento, como acontece hoje. Por isso, além de medidas judiciais e pressão política, estamos realizando o **recadastramento de todas e todos sindicalizados**, para que tenhamos os **dados atualizados** de cada um e a **autorização para o pagamento da contribuição sindical via débito automático**, caso seja necessário realizar o procedimento dessa forma no futuro. **O processo é simples, rápido e essencial para que o Sintufejuf continue na luta pelos direitos das trabalhadoras e trabalhadores.**

PARA RECADASTRAR-SE PREENCHA A FICHA DE SINDICALIZAÇÃO* DO SINTUFEJUF E ENTREGUE-A EM UM DOS LOCAIS A SEGUIR:

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Santo Antônio, 309 - Centro. Juiz de Fora.
Funcionamento: Segunda a sexta, 8h às 18h.
(32) 3215-7979

SECRETARIA AVANÇADA

Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro. Campus sede da UFJF.
Funcionamento: Segunda a sexta, 8h às 12h - 13h às 17h.
(32) 2102-3756

SALA EM GOVERNADOR VALADARES

Rua São Paulo, 745 - Centro. Governador Valadares.
Funcionamento: Sob agendamento via e-mail.
gv@sintufejuf.org.br

* A ficha está disponível, em sua versão física, na Sede Administrativa, na Secretaria Avançada e na Sala em Governador Valadares. Sua versão digital, que deve ser impressa antes do preenchimento, está disponível aqui: <https://sintufejuf.org.br/sindicalize-se>.

Historicamente o movimento sindical é protagonista na luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora, desde as primeiras mobilizações em defesa da jornada de trabalho de 8h diárias no Brasil, no século XX, até as recentes manifestações contra os ataques à educação pública e a aposentadoria, que no dia 15 de maio de 2019 levaram milhões de pessoas às ruas em todo o país. **Por isso o governo vem tentando enfraquecer os sindicatos**, através de pronunciamentos públicos nos quais o movimento é desqualificado ou medidas como a MP 873/19, cujo objetivo é sufocar o financiamento dos sindicatos e enfraquecer suas lutas. **Isso porque o governo quer aprovar, sem a histórica resistência sindical, medidas que acabam com os direitos da classe trabalhadora**, como a proposta de reforma da Previdência apresentada pela equipe de Bolsonaro, o corte de mais de 30% nos investimentos em educação pública, etc.



É HORA DE FORTALECER O SINDICATO

Atualmente o Sintufejuf conta com **veículos próprios**, uma **equipe de trabalhadoras/es de diversas áreas**, o **espaço lúdico educativo Maria Firmina dos Reis** - para que mães e pais tenham um local seguro para deixar seus filhos durante atividades sindicais nas quais não queiram levá-los -, **sede administrativa, sede campestre e equipamentos diversos**. **O recadastramento é importante para o fortalecimento do Sintufejuf e para a manutenção de toda essa estrutura**, que permite a realização de todas as atividades de mobilização da categoria.

NOSSAS CONQUISTAS SÃO FRUTOS DA LUTA

Plano de Carreira para técnico-administrativos em educação (TAEs), através da Lei 11.091/05, e existência das comissões locais (CIS) e nacional (CNSC) de **supervisão** para o aprimoramento da lei;

Flexibilização da jornada de trabalho;

Desenvolvimento de política de **qualificação e capacitação** para TAE's, visando **melhorias na carreira;**

Representatividade da categoria em órgãos colegiados (conselhos e comissões);

Paridade nas consultas públicas para escolha do reitor e outros dirigentes;

Avaliação de desempenho mais democrática, através do **PROADES;**

Reajustes salariais;

Incentivo à qualificação (**técnico, graduação, especialização, mestrado, doutorado**);

Registro sindical;

Reajuste do auxílio alimentação;

Criação do Espaço lúdico-educativo Maria Firmina dos Reis;

Revisão do enquadramento dos aposentados no **Plano de Carreira;**

Contrapartida (**subsídio**) nos planos de saúde.